

# Contradições Aparentes, Coerência Profunda

Raul PILLA

No ano de 1930, quando se preparava a vitoriosa mas infesta revolução liberal, esteve o sr. Luiz Carlos Prestes em Porto Alegre e recusou-se a tomar parte na conspiração, por nada de bom augurar do movimento capitaneado pelo sr. Getúlio Vargas. Dessa resolução não o demoveram os companheiros de exílio, que dele então se afastaram.

Desfecha a revolução liberal na Ditadura e esta, depois de breve interregno constitucional, se transforma num regime autoritário e fascistoide. Ao cabo de quinze anos de governo getuliano, acham-se as piores previsões grandemente sobreexcedidas pela realidade. Geral e completo é o descalabro em todos os campos da vida nacional. Pois bem, quando todos imaginavam que devolvido à liberdade, o sr. Luiz Carlos Prestes viesse proclamar o acerto das suas previsões e o erro dos que elevaram o sr. Getúlio Vargas ao poder, o que, muito ao contrário, se ouve de seus lábios é o panegírico do homem ao qual, em 1930, recusava terminantemente a sua confiança.

Assim, o Luiz Carlos Prestes de 1945 nega e destrói o Luiz Carlos Prestes de 1930. Se um acertou, o outro fatalmente errou mas, por uma estranha aberração, acertou o que, há quinze anos, apenas se baseava em presunções; e errou o que tinha agora, em que apoiar-se, um largo estendal de desastres de toda ordem.

Que fazia a Nação Brasileira, quando a súbita murifícencia do Ditador libertou do cárcere o antigo "Cavaleiro da Esperança"? A Nação Brasileira estava simplesmente fazendo essa cousa estúpida: rompia, uma a uma, as suas cadeias. Sem violência, sem desordens, pela própria evolução dos acontecimentos e, sobretudo, pelo despertar da consciencia coletiva, até há pouco quase inteiramente adormecida. Assim, não queria o sr. Getúlio Vargas eleições, mas foi finalmente obrigado a aceitá-las, embora procurando-as protelar e, quiçá, invalidar. Não queria anistia, que pretendia deferir ao futuro e ainda remoto congresso, e foi forçado a decretá-la sob a crescente pressão da opinião pública. Queria, isto sim e acima de tudo, queria fazer-se eleger, para insuflar novos aletos num poder irremediavelmente esgotado, e a candidatura eminentemente democrática e popular do brigadeiro Eduardo Gomes obrigou-o à retirada, com o lançamento da candidatura oficial do general Eurico Dutra.

Isto fazia a Nação Brasileira, quando o sr. Luiz Carlos Prestes foi posto em liberdade. E que fez este então? Veio em auxílio, veio em socorro da Nação, que forcejava por cortar os tentáculos com que, havia mais de sete anos, a estrangulava a ditadura? O sr. Luiz Carlos Prestes desceu à luta e atirou-se à luta. Mas não em auxílio da Nação que se está libertando, senão em socorro do periclitante poder do sr. Getúlio Vargas. Quando todos sentem e sabem sobejamente, pelos fatos precedentes e pelos sinais atuais, que a permanencia deste no poder é a insegurança, a falsidade, a surpresa, o golpe, além da mais rematada ilegalidade, vem o sr. Luiz Carlos Prestes afirmar, ante a opinião pública estarecida, que a preservação do Ditador é a garantia da democratização do País e que nele devemos confiar inteiramente!

Com quem está, pois, o antigo "Cavaleiro da Esperança" com a Democracia, ou com o frio estrangulador dela?

Por isto não vê ele, não quer ver nenhuma diferença entre o governo ditatorial do sr. Getúlio Vargas e o governo que, de acordo com os termos da Constituição de 1934, fosse exercido pela Magistratura, com o fim de convocar e presidir as eleições e normalizar a situação nacional. O primeiro é um governo de força, não o pode deixar de reconhecer o sr. Luiz Carlos Prestes; mas o segundo não o seria menos, porque, para chegar-se a ele, necessário seria forçar o Ditador a passar o poder, cousa em que este absolutamente não pensa. Assim, de acordo com esta hermenéutica, toda pressão que se exerça para obrigar os detentores do poder a abandonar o caminho do arbitrio e a cumprir a lei é uma violencia e, como tal, deve condenar-se!

Se ilegítimo é o governo pessoalmente exercido pelo sr. Getúlio Vargas — argumenta ainda o chefe esquerdista — ilegítimo também será o que venha a exercer o presidente do Supremo

(Continúa na 3.ª página)

Diário da Notícias 4.5.1945